

**HABEAS CORPUS Nº 548.425 - RJ (2019/0356096-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : RONALDO ORLOWSKI - RJ087506  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : LUCAS PEREIRA NOGUEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LUCAS PEREIRA NOGUEIRA em face de decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementada (fls. 10):

APELAÇÃO CRIMINAL. Crime de tráfico de drogas. Sentença condenatória. Recurso defensivo que busca sua absolvição por insuficiência do acervo probatório. Recurso ministerial que busca o afastamento da causa de diminuição de pena.

Autoria e materialidade plenamente comprovadas.

Circunstâncias do crime que revelam que a droga era destinada à venda e não ao consumo pessoal.

Quantidade e variedade da droga, bem como o alto grau de lesividade da cocaína, que justificam a exasperação da pena-base com fundamento no artigo 42 da Lei Antidrogas. Droga com inscrição referente à facção criminosa atuante no local.

Depoimentos que revelam o envolvimento do réu com atividades criminosas, não sendo traficante ocasional. Inaplicabilidade da causa de diminuição prevista no artigo 33, parágrafo 4º, da Lei nº 11.343/2006. Quantum de pena aplicada que inviabiliza a substituição da pena corporal por penas restritivas de direitos. Desprovimento do recurso defensivo e provimento do recurso ministerial.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 270 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.

Ato seguinte, a defesa e o Ministério Público interpuseram recursos de apelação perante a Corte de origem, a qual negou provimento ao pleito defensivo e proveu o ministerial para redimensionar a reprimenda a 5 anos e 6 meses de reclusão, mais 550 dias-multa.

No presente *habeas corpus*, alega a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que seria devido o restabelecimento da aplicação da causa de diminuição especial prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06. Afirma, ainda, que, redimensionada a reprimenda, o regime inicial deveria ser alterado para o

# Superior Tribunal de Justiça

aberto e a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que a pena seja reduzida, o modo prisional abrandado e a sanção privativa convertida em restritiva de direitos.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão liminar de redução da pena final, abrandamento do regime inicial e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo o exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator